



Solavancos da Conjuntura

Benício Schmidt*

Há momentos na história dos países, envolvendo a governabilidade de seus Estados-Governos, que apresentam-se com inusitados problemas e complicações. Ou seja, problemas que não estavam em pauta da previsibilidade. Geralmente, são heranças de governantes anteriores, sem conhecimento pleno das circunstâncias que envolvem o decorrer da História, especialmente neste momento, onde e quando a inovação e o conhecimento podem alterar rápida e definitivamente o rumo dos acontecimentos.

Diante disto, há um Jogo de Soma Zero: o empate prejudica a todos, ninguém vence. Todos atores políticos ficam atônitos, perdem-se as referências e há uma sensação de que o caos virá, as ditaduras que desestabilizam este “equilíbrio” voltarão. Enfim, um cenário de hecatombe final.

Mas, efetivamente, isto não ocorre por muito tempo. Mal, ou bem explicável, os sistemas sociais e políticos são organismos vivos que resistem à morte e à inatividade. Resta saber, prever, quais os elementos que poderão desequilibrar a inércia.

A conjuntura brasileira enfrenta crise econômico-financeira inusitada, tendo as empresas controladas pelo Estado perdido capacidade, capital e liderança sobre o largo processo de modernização nacional. A internacionalização do cambaleante parque produtivo brasileiro parece iminente. O tamanho do país, seu mercado e outras potencialidades não deixarão de atrair investidores; enquanto a economia vai se transformando, rapidamente, em fornecedora de serviços, *commodities* e com decadente produção industrial (hoje apenas 13% do PIB).

Isto é a base material do processo. Outros ingredientes têm a ver com capacidade político-decisória, o funcionamento correto das instituições governamentais e a consolidação da democracia como sistema representativo.

Não é comprovado que o encaminhamento positivo do processo econômico, isto é, aumento de sua capacidade produtiva, absorção de tecnologia e uma maior presença no comércio internacional tenha de obedecer aos ditames da democracia representativa. Modelos como o da China, Cingapura e outros países exitosos desde o final do século passado, estão aí para a análise empírica.

Estas relações, entre a retomada do desenvolvimento econômico e a solidificação do sistema político-representativo, não necessariamente



vinculadas, exigem posicionamento das elites estratégicas. A democracia está sempre à beira do precipício, seja pela dilaceração trazida pelo enorme número de partidos políticos no Congresso Nacional, seja pela utilização dos mandatos para consolidar privilégios políticos desconhecidos no mundo, seja pela existência de corrupção endêmica.

O uso político do aparelho governamental, em uma sociedade onde o Estado é o Grande Capitalista Coletivo, direta ou indiretamente (BNDES, Fundos de Pensão e cerca de 150 empresas públicas), pôs em risco não somente a gestão econômica, como a própria e ainda instável democracia no Brasil. Especialmente, pela forma como os políticos empalmaram a economia por meio do uso do Estado como ente estratégico de construção de poder político.

Por isso, não é gratuita a preocupação com a solvência da economia, aqui no Brasil realmente conectada (dependente?) com o poder político forjado nos últimos anos. É um caso de contundente *hiper-politização* das relações sociais e econômicas. Independente das próximas eleições e do perfil dos vencedores, este sistema está montado e funcionando organicamente, naturalizado.

De onde virá o desequilíbrio do que está posto, levando a sociedade a outros patamares? Difícil saber, mas é fácil diagnosticar que a natureza do organismo em funcionamento exige árduo trabalho de conhecimento, desvelamento, de relações que nunca foram tão próximas e intrincadas no Brasil. O mero apelo à austeridade e aos Homens e Mulheres Virtuozos não será o bastante; ainda que ingredientes absolutamente necessários.

*colaborador do IAEUGT